

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.212 - RJ (2019/0248592-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO E OUTRO(S) - RJ081852
HEITOR AUGUSTO RODRIGUES FERREIRA - RJ187552
DANIELLE DE CASTILHO MELLO SANTOS - RJ153705
RECORRIDO : HILTON DAVID MAIA
ADVOGADO : TATHYANA LOPES ALVES E OUTRO(S) - RJ141320

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO.

CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. TARIFA DE ESGOTO. PRETENSÃO DE SUSPENSÃO DA COBRANÇA DA TARIFA DE ESGOTO, DE RESTITUIÇÃO DOBRADA DOS VALORES PAGOS A ESSE TÍTULO, DE DEVOLUÇÃO DO VALOR COBRADO A MAIS NA FATURA DO MÊS DE MAIO E DE RESSARCIMENTO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA, CUJOS EFEITOS FORAM PRODUZIDOS SOB A ÉGIDE DO CPC DE 73. RECURSO DA PARTE AUTORA, PLEITEANDO A REFORMA DO JULGADO, PARA QUE SEJAM ACOLHIDOS OS PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTO E DE DEVOLUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS. OS PEDIDOS DE DEVOLUÇÃO DO VALOR COBRADO A MAIOR NA FATURA DO MÊS DE MAIO E O DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL NÃO FORAM DEVOLVIDOS A ESTE TRIBUNAL. RECURSO QUE MERECE PROSPERAR, EM PARTE.

JULGAMENTO PELO EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RESP Nº 1.339.313-RJ, EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO, FIRMANDO O ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE A REALIZAÇÃO PARCIAL DAS ATIVIDADES PREVISTAS NO ART. 9º DO DECRETO Nº 7.217/10 CARACTERIZA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. À VISTA DESSE JULGAMENTO E DA NORMA DO ART. 927, III, DO CPC/2015, NÃO SE AFIGURA MAIS POSSÍVEL MANTER A POSIÇÃO ANTERIORMENTE ADOTADA NO SENTIDO DE QUE EM TAL HIPÓTESE NENHUM VALOR PODERIA SER COBRADO DO CONSUMIDOR A TÍTULO DE TARIFA DE ESGOTO. POR OUTRO LADO, O REFERIDO RECURSO REPETITIVO NÃO IMPÕE OU AUTORIZA NESSE CASO DE PRESTAÇÃO PARCIAL DO SERVIÇO A COBRANÇA INTEGRAL DA TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO, QUE TEM NATUREZA DE PREÇO PÚBLICO, COMO HÁ MUITO JÁ DECIDIRAM O STF (RE 544289 AGR, RELATOR(A): MIN. RICARDO LEWANDOWSKI, PRIMEIRA TURMA, JULGADO EM 26/05/2009, DJE-113 DIVULG 18-06-2009 PUBLIC 19-06-2009 EMENT VOL-02365- 06 PP-01090) E O PRÓPRIO STJ (RESP 1117903/RS, REL. MINISTRO LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, JULGADO EM 09/12/2009, DJE 01/02/2010). ESSA TARIFA, PORTANTO, SUBMETE-SE AO REGIME JURÍDICO CONTRATUAL/ADMINISTRATIVO, E NÃO AO TRIBUTÁRIO, MOTIVO

Superior Tribunal de Justiça

PELO QUAL SÓ A UTILIZAÇÃO EFETIVA DO SERVIÇO ENSEJA COBRANÇA QUE, ASSIM, PODE E DEVE SER PROPORCIONAL À ESSA UTILIZAÇÃO. OBSERVÂNCIA DO RESP 1.339.313-RJ NA PARTE QUE SE APLICA À HIPÓTESE VERSADA NOS AUTOS. CONSUMIDOR QUE NÃO PODE SER COMPELIDO A PAGAR POR SERVIÇO INEXISTENTE, SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DA CONCESSIONÁRIA E OFENSA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA. ENTENDIMENTO MAJORITÁRIO DESTE TRIBUNAL NESSE SENTIDO. POR TODOS, PODE SER CONFERIDO O BRILHANTE ACÓRDÃO DA LAVRA DO EMINENTE DESEMBARGADOR WERSON FRANCO PEREIRA RÊGO NA APELAÇÃO 0008683-53.2012.8.19.0211, JULGADA EM 23/08/2017, PELA VIGÉSIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL - CONSUMIDOR. PARTE AUTORA QUE COMPROVOU O PAGAMENTO INTEGRAL DA TARIFA DE ESGOTO. CONCESSIONÁRIA QUE NÃO COMPROVOU A PRESTAÇÃO DE TODAS AS ETAPAS DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO. DEVOLUÇÃO DE 50% DO VALOR COBRADO, NA FORMA SIMPLES, QUE SE IMPÕE. PRESCRIÇÃO DECENAL. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECURSO AO QUAL SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO, REFORMANDO A SENTENÇA PARA JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A RESTITUIR 50% DOS VALORES COBRADOS E PAGOS À TÍTULO DE TARIFA ESGOTO, NA FORMA SIMPLES, OBSERVANDO-SE A PRESCRIÇÃO DECENAL. DETERMINA-SE, TAMBÉM, QUE A PARTE RÉ SE ABSTENHA DE EFETUAR A COBRANÇA DESSA TARIFA NAS FATURAS VINCENDAS, EM VALOR SUPERIOR À 50% DO SEU MONTANTE, ENQUANTO NÃO PRESTADO INTEGRALMENTE O SERVIÇO EM QUESTÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA FIXADA, NA FORMA DO ART. 86 DO NCPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO PARA CADA PARTE, VEDADA A COMPENSAÇÃO, CONFORME ARTIGOS 85, §§ 2º E 14, DO REFERIDO DIPLOMA, OBSERVANDO-SE, QUANTO À AUTORA, A JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDA" (fls. 237/239 e-STJ).

No recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 927, III, e 932 do Código de Processo Civil/2015, 3º da Lei nº 11.445/2007, 9º do Decreto nº 7.217/2010. Sustenta, em síntese, que não merece prosperar o pedido da parte recorrida no sentido de ser isenta da cobrança do serviço de esgotamento sanitário.

Após as contrarrazões, o recurso foi admitido na origem, subindo os autos a esta Corte.

É o relatório.

DECIDO.

A matéria de fundo insere-se na competência das Turmas integrantes da Egrégia Primeira Seção, conforme disposto no art. 9º, § 1º, X, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA INTERNA. PRIMEIRA E QUARTA TURMAS DESTA E. STJ. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. PREÇO PÚBLICO. TARIFA. ART. 9º, § 1º, INCISO X, DO RISTJ. COMPETÊNCIA DA E. PRIMEIRA SEÇÃO.

I - Compete à e. Primeira Seção desta c. Corte Superior processar e julgar recurso especial cuja relação jurídica litigiosa versa sobre preço público (art. 9º, § 1º, inciso X, do RISTJ).

II - Na espécie, cuida-se, originariamente, de ação ordinária proposta por particular contra a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE - , na qual se pleiteia a nulidade da cobrança de preço público, na modalidade de tarifa, afirmada ilegal e abusiva, bem como o restabelecimento do serviço de água no domicílio da demandante.

III - Precedentes aplicáveis: CC 43324/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ de 5/2/2007; AgRg no REsp 985.522/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 19/2/2009; AgRg no Ag 1.084.537/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 18/2/2009; AgRg no Ag 1.004.001/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJe de 11/2/2009; REsp 1.062.975/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 29/10/2008; AgRg no REsp 1.081.718/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe 29/10/2008; AgRg no REsp 1.027.844/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJe de 23/6/2008; REsp 595.119/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 5/3/2007. Conflito conhecido para se declarar a competência da e. Primeira Seção" (CC 102.588/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 1º/4/2009, DJe 20/4/2009).

Ademais, o mérito da demanda já foi objeto de julgamento da Primeira Seção, sob o rito dos recursos representativos da controvérsia:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.

2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013; REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira

Superior Tribunal de Justiça

Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431.121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

(REsp 1.339.313/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/6/2013, DJe 21/10/2013).

Ante o exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Classificação de Processos Recursais para a redistribuição do feito a uma das Turmas integrantes da Primeira Seção.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 25 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator